

Recomendações dos Jovens para o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Os jovens de 19 a 25 anos de idade que participam do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, representando todas as regiões do mundo, reuniram-se em um encontro preparatório para acordar recomendações conjuntas a serem destacadas no congresso.

Nós, os jovens de diversos países e diferentes regiões do mundo, consideramos a participação da juventude com mais de 18 anos de idade igualmente importante, especialmente porque nos vemos como interessados estratégicos na transformação social relacionada ao enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil.

Reconhecemos que os jovens são detentores de direitos e responsabilidades com necessidades específicas, que diferem daquelas dos adolescentes. Dessa forma, reivindicamos o reconhecimento de nosso papel participativo, que deve ter um espaço específico no III Congresso Mundial. Relembramos que acreditamos na participação direta e conjunta de crianças, adolescentes e jovens no enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil, e que essa luta deve ocorrer através da parceria de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Não é nossa intenção focar as diferenças entre cada grupo, mas percebemos a necessidade de reconhecimento do papel de jovens com mais de 18 anos especificamente. Nos consideramos envolvidos diretos, desempenhando uma função intermediária importante entre adultos e crianças, uma vez que estamos próximos de ambos os grupos. Além disso, deve ser reconhecido nosso importante papel em servir de modelo para nossos semelhantes, que muitas vezes procuram nossa orientação. Outro importante papel que desempenhamos é o de mentores para nossos amigos mais jovens com quem temos relações de proximidade e confiança.

Consideramos o III Congresso Mundial um espaço privilegiado para o intercâmbio de experiências, propostas políticas e expressões de diversos envolvidos. Reivindicamos que o papel dos jovens seja reconhecido e esperamos ser igualmente ouvidos, além de ter oportunidades para influenciar os principais resultados finais deste Congresso.

Acreditamos que os seguintes pontos são ações complementares às recomendações das crianças e dos adolescentes, além de servirem para compor propostas globais e direcionadas a regiões específicas.

Recomendações Participativas

- Os governos devem promover, reconhecer e estimular a participação de crianças e jovens em diferentes níveis de políticas públicas/programas, assim como no monitoramento e nas campanhas relacionadas à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (ESCCA). Os representantes dos jovens, sobreviventes da ESCCA, assim como as crianças e jovens em situação de risco, devem ser incluídos no processo de criação de leis, registrando e monitorando tratados e leis internacionais (por exemplo, a CDC e seu Protocolo Facultativo sobre a ESCCA), além de participar em todos os encontros, de diferentes esferas, relacionados à ESCCA. Os jovens devem ser convidados a debates e mesas-redondas com o

governo para oferecer suas perspectivas em relação ao combate à ESCCA, o que tornará as políticas públicas mais eficientes

- Uma maior quantidade de recursos é necessária para fortalecer e expandir as redes de crianças e adolescentes, fundamentadas em estruturas já existentes de níveis locais, nacionais, regionais e internacionais.
- Os jovens devem receber apoio para trabalhar e negociar, em parceria com governos e membros do parlamento, formas de garantir que sejam levadas em consideração a redução da pobreza e a proteção social como medidas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes.
- Programas de prevenção e enfrentamento, mecanismos de reabilitação e sistemas de proteção infanto-juvenil devem ser desenvolvidos em conjunto por todos os envolvidos: governos, ONGs, setor privado e crianças e adolescentes, através do estabelecimento de encontros periódicos (anuais).

Educação e Prevenção

Escolas e Treinamento:

- Os governos devem assegurar que todas as crianças tenham acesso a educação compulsória, gratuita e de qualidade, especialmente para crianças e jovens em situação de risco, de forma a apoiar o acesso de crianças à informação e sua conscientização sobre a ESCCA. A educação sexual, os direitos sexuais e reprodutivos, assim como informações sobre ESCCA, gênero e HIV/AIDS, devem ser inclusos nos currículos escolares como matéria obrigatória a ser ensinada a partir do ensino primário/fundamental como uma estratégia de prevenção à exploração sexual e de outras questões como a gravidez na adolescência e as Doenças Sexualmente Transmissíveis. As crianças devem saber de seus direitos desde cedo, através de um treinamento escolar intenso e de atividades de lazer. Modelos de melhores práticas devem ser replicados. Além disso, recomendamos que a juventude seja tratada de maneira não hierárquica, de forma a garantir a eficiência do processo. Pais e professores devem estar envolvidos e empenhados em discutir a questão com seus filhos/alunos
- Melhor fundamentar a conscientização sobre o tema da ESCCA, especialmente em cursos de turismo.

Mídia:

- É necessário que haja mais educação e prevenção sobre a ESCCA através de veículos de mídia adequados. Tópicos estratégicos, como a prevenção da ESCCA e informações sobre instituições de apoio, assim como educação de gênero – perspectivas e papéis de homens/garotos e mulheres/garotas na sociedade – devem ser colocados em foco.
- Em nome do combate à pornografia infantil, é necessário estabelecer um debate sobre os perigos e a má-utilização de novas tecnologias, tais como a internet, jogos de computador e telefones celulares. É importante que haja uma abordagem aos pais, crianças, adolescentes e professores como tomadores de decisões políticas.

- Captar recursos para a veiculação de programas de adolescentes, que lhes possibilite organizar e participar de qualquer mídia de grande alcance. As campanhas criadas pelos jovens para combater a ESCCA devem ser promovidas e divulgadas. Recomendamos a redação de um Código de Conduta para a mídia (televisão, imprensa, mídia virtual...) de forma a impedir e evitar o progresso da erotização infantil pela mídia de massa. É necessário criar diretrizes, na forma de um Código de Conduta para a mídia, que assegure a proibição de que as identidades de vítimas sejam reveladas e, assim, evitar a estigmatização e discriminação em suas comunidades.
- Estabelecer linhas-diretas internacionais e gratuitas com diversos instrumentos e instituições para garantir o apoio a vítimas infanto-juvenis assim como àqueles em situação de risco.
- Filtros de conteúdo na internet para bloquear conteúdo nocivo às crianças devem ser ampliados e disponibilizados para os pais. Os provedores devem trabalhar em conjunto para bloquear sites que contenham pornografia infantil.

Reabilitação e Proteção da Revitimização

- Sistemas amigáveis à criança e ao adolescente devem ser estabelecidos em locais onde vítimas de ESCCA possam relatar casos de abuso sem medo das autoridades (governamentais). Crianças exploradas não devem ser tratadas como criminosos e devem ter acesso a programas de aconselhamento e reabilitação. Um apoio de programas para jovens infratores deve ser promovido.
- Programas governamentais devem assegurar a provisão de treinamento vocacional adequado e oportunidades de trabalho para jovens vulneráveis e sobreviventes da ESCCA e do tráfico.
- A participação de jovens em todos os abrigos, lares e centros de reabilitação administrados pelo governo ou ONGs, destinados a sobreviventes da ESCCA e crianças em situação de risco, deve ser aproveitada para assegurar que existam padrões de cuidado e proteção através de métodos de apoio aos pares.

Regional:

- Deve haver melhor acesso a educação para garotas vulneráveis ao casamento precoce como uma medida preventiva.
- Governos devem assegurar que todos os sobreviventes da ESCCA e do tráfico tenham carteiras de identidade legalizadas para assegurar seus direitos de cidadania. Países de destino devem aumentar seu apoio a tais grupos, por exemplo, fornecendo abrigos amigáveis à criança e ao adolescente, educação gratuita e programas de reabilitação.
- Executar programas de avaliação de larga escala no enfrentamento da violência sexual na maior parte das situações de conflito e pós-conflito, divulgando lições aprendidas para promover abordagens mais promissoras.